

## **PAINEL I**

### **O PLANO DE ESTABILIZAÇÃO E O CRESCIMENTO DO NORDESTE**

#### **COORDENAÇÃO DA MESA**

Presidente:

Fernando Catão, Ministro de Políticas Regionais

Compondo a mesa diretora dos trabalhos, Byron Costa de Queiroz, Presidente do BNB

Expositor:

Maurício da Costa Romão, diretor de Incentivos Fiscais da SUDENE e professor do Programa Integrado de Economia e Sociologia (PIMES), da Universidade Federal de Pernambuco.

Debatedores:

Nilson Holanda, secretário-executivo da Secretaria de Políticas Regionais, Clélio Campolina, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Alexandre Rands Barros, do PIMES, da Universidade Federal de Pernambuco.

### **Fernando Catão**

O painel que agora se inicia trata do Plano de Estabilização e o Crescimento da Região Nordeste, tema de interesse para todos nós aqui presentes. Qual será o impacto em nossa Região do plano de estabilização, das privatizações, e como é que isso se dará?

Quero, nesse momento, passar a palavra ao primeiro expositor, Dr. Maurício Romão, diretor do Departamento de Incentivos Fiscais da SUDENE, que discorrerá sobre o assunto.

### **Maurício Romão**

É com grande satisfação e orgulho que me apresento hoje nesse ambiente seletivo, convidado que fui pelo BNB e pela ANPEC - instituições com as quais mantenho vínculos afetivos e profissionais de há muito tempo. Gostaria de, nesse início, deixar antever algumas situações que vão se projetar agora na minha exposição.

Inicialmente, quero dizer que a idéia é muito mais de expor uma situação que, embora ainda não esteja totalmente delineada em termos acadêmicos, e até - por que não dizer? - filosóficos, é uma situação que nos preocupa enquanto nordestinos, enquanto pessoas preocupadas com o destino da Região.

Minha exposição se baseará, em primeiro lugar, numa demonstração dos resultados da política regional; depois, tentarei abordar aqueles que são os principais desafios de nossa Região, perante um novo paradigma de desenvolvimento nacional que se projeta presentemente, paradigma esse que guarda vínculos estreitos com o paradigma mundial. E nesse sentido procurarei discutir algumas questões que me parecem bastante relevantes e das quais espero também obter dos senhores algumas considerações.

Em primeiro lugar, quero dizer que, até meados dos anos oitenta, a política de desenvolvimento regional pode ser considerada, no Brasil, e o é internacionalmente, uma das mais exitosas políticas de desenvolvimento regional do mundo contemporâneo. É reconhecido internacionalmente como tendo sido de grande êxito o que se implementou em termos de desenvolvimento regional aqui no Nordeste.

Para os senhores terem uma idéia, gostaria de mostrar que, de 1960 para 1995, o Nordeste cresceu a taxas bastante elevadas e acima até das taxas re-

gistradas pelo País como um todo. Nessa distinção de periodização nós mostramos que, no período pré-SUDENE, o crescimento brasileiro se deu em taxas superiores às aquelas registradas pela Região. De qualquer sorte, eu quero salientar que essas taxas de crescimento foram muito importantes para as transformações econômicas e sociais que se deram no Nordeste nesses 30 ou 35 anos de política regional.

Esse crescimento, quando postado, em comparativos internacionais, com países de baixa renda ou de renda alta, segundo a classificação do Banco Mundial, nos permite observar que as taxas de crescimento também são superiores à maioria daquelas taxas registradas em níveis internacionais, até os anos oitenta; e mesmo no período tão nefasto da nossa vida econômica, dos anos 80 para 1990, ainda assim nós conseguimos registrar taxas bastante positivas e relativamente altas nesses comparativos internacionais.

Mas o que aconteceu com esse resultado econômico, que foi tão auspicioso? Por que isso, na verdade, não se transformou predominantemente num desenvolvimento social mais abrangente, mais visível, que pudesse reverter os índices que nós conhecemos todos como tão inferiores e desfavoráveis que registramos há longo tempo? Primeiro, porque, se nós observarmos, o êxito da política regional foi muito importante até meados dos anos oitenta e, daí para frente, toda uma sorte de acontecimentos desfigurou aquilo que era um êxito completo de política regional. A começar pela crise da dívida externa, que mobilizou recursos, esforços, sinergias de todo o País para fazer face àquele serviço da dívida; depois, transbordou pela crise fiscal do Estado, indo mais à frente pelo desmantelamento da política de planejamento nacional e regional. Enfim, toda uma política de sucesso foi virtualmente apagada com aquela crise dos anos oitenta: o período de alta inflação, o *stop-and-go* da política, o "curto prazismo", tudo no dia-a-dia, nada de planejamento de médio e longo prazos. Isso realmente nos incomodou a ponto de modificar certos resultados positivos registrados outrora.

Assim, o que nós vimos foi um alto crescimento econômico do Nordeste quando comparado com países e regiões internacionais: de 1965 a 1980, o Nordeste do Brasil cresceu a uma taxa média anual de 7,2%, sendo a maior taxa registrada, exceto a do Brasil, nesses comparativos, acomodando aí países de renda baixa, entre eles China e Índia, países de renda média, países de renda média baixa, enfim, uma série de países segundo a classificação do Banco Mundial. Nesse período ao qual estou me referindo, que é o período do êxito da política regional, o Brasil também cresceu a uma taxa muito maior do que esses países, alcançando taxa média anual de 9%. No período 80/90,

há um arrefecimento desse crescimento: nós, o Nordeste, passamos a crescer a 4,4% apenas, mas mesmo assim, se olharmos em comparação com outras experiências internacionais, vamos ver que é uma taxa ainda relativamente elevada. Nesse período o Brasil cresceu a 2,7%.

Dividindo a história econômica brasileira naqueles períodos mais relevantes, nós podemos ver que no período pré-SUDENE, ou seja, antes da instituição da política propriamente dita regional, o Nordeste crescia a uma taxa média inferior à do Brasil. Nos períodos subsequentes - exceção feita à época do milagre, 1968 a 1973, quando o Brasil cresceu mais do que o Nordeste -, nós temos períodos bem expressivos de crescimento regional a ponto de, mesmo naquele início de falsa recuperação (1984 a 1986), nós registrarmos uma taxa média anual em torno de 10%. Mas vejam que, a partir de 1987 e até 1993, o Nordeste passa a envolver em termos de crescimento a uma taxa negativa média anual de -0,5%, ao passo que, nesse período, o Brasil cresce muito pouco, mas ainda assim o faz a taxas positivas de 0,5%.

No início da estabilização, agora contando 94 e 95, há uma recuperação do Nordeste em termos de prevalências sobre o crescimento nacional e, um dado de longo prazo - entre 60 e 95 -, o crescimento econômico do Nordeste é maior do que o crescimento nacional. O que acontece é que, a partir de 1987, o PIB decresce, a taxa de investimento em relação ao PIB também decresce, o consumo do governo em relação PIB também decresce, o emprego público que, para usar a expressão de um crítico, é o bastião da modernidade nordestina não parou de crescer mas cresce a uma taxa bem inferior à que tinha antes, os salários da administração pública caem vertiginosamente em termos reais, a taxa de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação nordestina também cai, enfim, agora os efeitos recorrentes da seca, nós temos um período muito ruim, que é de 87 a 93, quando muito do que foi feito, no passado, praticamente se apagou ou teve o seu êxito reduzido por conta das dificuldades por que passamos.

Naturalmente, aquelas taxas de crescimento não de se transformar em resultados quantitativos expressivos. É isso o que vemos nesses dados: temos um PIB, em 1995, em torno de quase US\$ 100 bilhões, o que, temos de convir, se trata de um resultado dos mais expressivos a nível mundial. Em termos da América Latina, por exemplo, exceto México, Argentina e Venezuela, esse PIB é o maior. Esses resultados demonstram, inequivocamente, que a sociedade e a economia nordestina responderam de forma positiva aos incentivos de política regional advindos do planejamento nacional. Tais resultados foram minimizados com essa ausência de planejamento nacional, a partir de meados

ou início dos anos oitenta, e isso naturalmente arrefeceu esse ritmo de crescimento e os resultados expressivos que até então tínhamos conquistados.

Mas ainda assim, os senhores hão de perguntar, com tanta velocidade de crescimento, com tanto êxito nesse crescimento, por que nós ainda apresentamos resultados sociais tão desfavoráveis? Temos dados do IPEA, de uma pesquisa recente da ONU, do PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em que os estados brasileiros são classificados segundo o IDH, que é o Índice de Desenvolvimento Humano. Naturalmente, os estados do Nordeste aparecem como sendo os últimos nove postados nessa configuração, nesse *ranking*. Não é surpresa nenhuma porque, em qualquer instante de tempo, em qualquer país e em qualquer lugar, quando se toma o confronto entre regiões e estados mais avançados e mais atrasados, naturalmente aqueles periféricos ou em defasagem vão apresentar resultados sociais ou indicadores sócio-econômicos sempre inferiores.

Esses resultados realmente não podem e nem devem ser interpretados de forma estanque, olhando uma fotografia no tempo. Se tomarmos esses resultados, em termos não estáticos, isto é, não em termos de estoque por assim dizer mas em termos dinâmicos, em termos de fluxos, nós vamos ver que, entre 1970 e 1988, os estados do Nordeste são aqueles que apresentam os melhores desempenhos em termos de desenvolvimento humano no Brasil. Ou seja: embora num determinado instante de tempo, sejam - naturalmente serão sempre - os últimos colocados, se nós olharmos esses desempenhos em termos de longo prazo, em termos de estática comparativa, nós vamos ver que o Nordeste se apresenta com taxas superiores a todos os outros estados brasileiros.

E, no entanto, ainda continuamos, não obstante, repito, aqueles resultados econômicos favoráveis, com esses desempenhos sociais manifestados pelo IDH - esse índice composto, sintético, que engloba esperança de vida ao nascer, escolaridade e renda *per capita* -, não obstante isso, nós continuamos com a maioria dos nossos resultados econômicos bastante insatisfatórios. E o porquê disso? A velocidade com que essas transformações se deram foi muito insatisfatória. A velocidade com que a política regional manifestou instrumentos para o nosso desenvolvimento ainda não trouxe resultados definitivos que pudessem satisfazer a maioria da sociedade.

O sucesso de uma política de desenvolvimento regional se mede sobretudo pela convergência dos indicadores sociais e econômicos ao longo do tempo. E tudo levava a crer que essa convergência, a velocidade dessa conver-

gência se fazia satisfatória até um determinado momento, quando houve a interrupção da política de desenvolvimento regional, a partir das dificuldades da própria economia nacional, e a crise fiscal do Estado, acoplada, como eu disse, ao problema da dívida externa.

Feito esse primeiro apanhado, gostaria agora de discutir com os senhores outro tipo de abordagem em que, deixando a análise dos resultados da política de lado, procuramos ver, em prospecção, o que se nos apresenta para o futuro. Nesse aspecto, eu gostaria de dizer que nós podemos vislumbrar no País um novo paradigma de desenvolvimento nacional, uma nova filosofia de desenvolvimento nacional, que tem duas vertentes essenciais.

A primeira é uma adesão incontinenti, inconteste, imediata, total e irrestrita ao paradigma mundial, que se caracteriza, como os senhores sabem, pela globalização do capitalismo, pela internacionalização financeira, pela liberalização comercial, pela integração macrorregional de mercados. É esse o contexto desse paradigma mundial. E o Brasil adere a esse paradigma, como eu disse, de forma incontinenti e total.

Além dessa adesão, há outra característica, que é a de que tudo leva a crer que nós estejamos adentrando num novo ciclo de crescimento econômico sustentado. Isso ficou muito claro, aliás, nesse último Fórum Nacional em que participou o ministro João Paulo dos Reis Velloso, parecia unânime até, correndo o risco de uma generalização, entre os presentes, especialistas dos mais competentes. Nesse novo ciclo de crescimento econômico sustentado, o Brasil entra também com alguns alicerces, dentre eles, a estabilidade econômica, a reestruturação produtiva industrial voltada para a competitividade, que é isso que nós estamos buscando e, finalmente, as reformas.

Naturalmente, há aí todo um processo, por assim dizer, de ciência política em que há uma certa insatisfação da sociedade, uma certa angústia com a morosidade com que, por exemplo, as reformas acontecem, dada a própria heterogeneidade da nossa formação social e, sobretudo, a heterogeneidade político-partidária no Congresso Nacional.

Mas também ficou muito claro entre esses especialistas que provavelmente estejamos na direção correta dessas reformas, na direção correta de buscar colocar o País numa linha de desenvolvimento, inserido nesse contexto de que lhes falei. Estamos tão devagar, que estamos parados no caminho certo. Mas que estamos no caminho certo, estamos.

Que desafios esse paradigma, com essas duas características, traz para o nosso problema de desenvolvimento regional, para a nossa questão regional? Primeiro, gostaria de identificar, como o fizeram alguns autores também nesse Fórum, duas características importantes.

A primeira, a prevalência, nesse paradigma nacional, de mecanismos de mercado, quer dizer, a crescente importância dos mecanismos de mercado na orientação das decisões de produzir, em contraposição àquela atuação do Estado promotor de investimentos que caracterizou o ciclo passado. O que nós vemos? A que assistimos? Vemos uma paulatina e progressiva transferência de recursos, poder, decisões da União para os estados e municípios. Da esfera pública para a esfera privada. E até - por que não dizer? - do Executivo para o Judiciário.

Esse modelo anterior, que foi o sustentáculo do Nordeste, o sustentáculo do desenvolvimento regional, aquele modelo introjetado, aquele modelo protegido, aquele modelo impulsionado, induzido, do Estado centralizador, do Estado autoritário, esse modelo se acabou. Esse modelo se esgotou nessa nova configuração. E isso é um desafio para o Nordeste, dentro desse novo paradigma, porque nós crescemos acobertados, protegidos, baseados numa configuração de Estado federativo em que a centralização do poder determinava os investimentos, a alocação e as diversas situações com que nos defrontamos ao longo da nossa história recente. Isso acabou e, portanto, traz problemas para o nosso desenvolvimento, que eu vou tratar mais à frente quando falar sobre descentralização das ações públicas. Vou voltar a esse tema.

A segunda característica, talvez mais grave, ou o desafio maior que se nos apresenta atualmente, é que se distingue, nesse novo ciclo de crescimento econômico que se avizinha - ou em curso, se quiserem - que esse ciclo deve ser bastante intensivo em ciência e tecnologia na geração de diferentes produtos, processos e técnicas de gestão. De sorte que aí transparece, aflora, emerge a qualidade dos recursos humanos, materializada na educação, na formação, na qualificação etc. E esse será um aspecto importantíssimo desse processo. E é exatamente aí onde nós temos insuficiência, onde nós estamos mais defasados, onde nós mais temos que avançar.

Essas deficiências no capital humano, juntas com outras conhecidas, nos permitem antever uma nova reconcentração econômica espacial. Temos aqui o Dr. Clélio Campolina Diniz, talvez o maior especialista nesta área, que certamente haverá de nos orientar com respeito a esse eventual processo. Os estudos comparativos internacionais sobre novos padrões de localização de

projetos de investimentos identificam que as vantagens comparativas das regiões para atrair esses investimentos se assentam cada vez menos na abundância de mão-de-obra não qualificada, na disponibilidade de recursos naturais, os chamados fatores locais tradicionais, e repousam de forma muito mais intensa, relativamente, nos serviços terciários modernos, nos até chamados serviços quaternários, nos centros de pesquisas etc, ou seja, nos fatores locais não tradicionais.

E aí os senhores não de convir que o Sul-Sudeste nesse sentido leva nítida vantagem. A posição das cidades de médio porte localizadas em eixos de transportes que se interligam com a região metropolitana de São Paulo torna-se extremamente privilegiada. No período pós-estabilização, pelo menos trinta grandes projetos se localizaram nos eixos de descentralização do Sul-Sudeste, ou seja, talvez aproveitando dessa configuração ambiental de que falei agora há pouco.

É bom lembrar também, em reforço a essa eventual tese de reconcentração econômica espacial, que a chamada reversão da polarização ocorrida nos últimos vinte anos foi induzida propriamente por aquele Estado promotor, por aquele Estado indutor, por aquele Estado investidor, que permeou o ciclo passado já mencionado. Portanto, esse modelo, como nós vimos, se esgotou.

Ademais, se nós, isentamente, olharmos o nosso parque industrial, que naturalmente teve avanços expressivos, a partir até daqueles resultados econômicos favoráveis já mencionados, ainda assim ele apresenta baixa produtividade e conseqüentemente baixa competitividade, tem pouca integração interna, frágil articulação intersetorial e grande insuficiência da escala empresarial. Nós assistimos até a acomodação, a junção de entidades do tipo federação de indústrias buscando articular-se em parcerias e associações, em bases cooperativas, justamente para suprir essa deficiência que aparece tão gritantemente, que é nossa escala empresarial.

Adicione-se a isso o MERCOSUL, naturalmente pelas oportunidades de negócios de investimentos que, por razões locais, tendem também a se concentrar nos eixos geográficos localizados no Sul-Sudeste.

Então, vejam: essa segunda característica que provavelmente está inserida nesse ciclo de crescimento sustentável do Brasil, que é o domínio do conhecimento, leva a tantos desdobramentos que nos deixam de certa forma apreensivos em face de uma postura que pode estar em curso, qual seja a de reconcentração econômica espacial, naturalmente se nós não acordarmos e



tentarmos refletir e agir de forma proativa e não reativa a esse fenômeno que me parece bastante claro.

Outros desafios ainda, não necessariamente interligados com esse paradigma nacional, dizem respeito, por exemplo, à questão da guerra fiscal que se deflagrou recentemente, e basicamente a partir da Constituição de 88, entre todos os estados do território brasileiro. O aparecimento de vários investimentos, sem uma orientação locacional definida, engendrou uma luta pela atração desses investimentos, por parte dos estados, luta esta que vem a ser conhecida como guerra fiscal.

Os estados, indistinta, genérica e generosamente, concedem benefícios fiscais e creditícios numa concorrência predatória sem fim. Isso não só contribui para agravar as suas respectivas crises financeiras - que, como sabemos, são bastante fortes -, como também é um processo injusto para a sociedade. Esses estados deixam de implementar políticas fiscais estáveis e duradouras, além de minimizar a importância que certos fatores locais têm para esses atrativos. Quer dizer, ao invés de investir em educação, formação, qualificação e infra-estrutura, para, através desses fatores locais, que são importantes na decisão empresarial, atrair os investimentos que aparecem, estão indo pela via mais amena, que é deixar de fazer seus ajustes fiscais, para conceder generosamente vários e indistintos incentivos fiscais e creditícios a esses empreendimentos.

Nesse aspecto, o que se está observando é o seguinte: como esse é um processo que está tão generalizado, esses instrumentos estão sendo dados de forma tão indiscriminada, que esses benefícios tendem a se anular. Quer dizer, esses benefícios deixam de atuar como fatores de atração local, tendem a se anular realmente. Portanto, nós voltamos à condição pré-concessão de incentivos, já que nos nivelamos todos igualmente.

Aí mais uma vez, me parece, pelas condições que temos - nós, estados do Nordeste - nos deparamos com uma confrontação que nos é desfavorável, que é a de atrair esses investimentos. Conforme eu citei, eles estão se direcionando para esses eixos de descentralização do Sul-Sudeste, baseados naquele ambiente já mencionado.

Um outro problema não necessariamente ligado a esse paradigma, mas que tem muita importância, é a descentralização das políticas públicas. Durante os governos militares, os recursos e a capacidade de formulação das políticas estavam fortemente centralizadas em Brasília, onde estava sediada ex-

pressiva parcela de todo o poder público real desse País. Após o restabelecimento do processo de redemocratização e particularmente a partir da Constituição de 1988, o que estamos observando é uma certa adoção de princípios de descentralização das ações do poder público, notoriamente no campo das políticas sociais.

Então, o papel da União, nesse contexto, é profundamente alterado, entendendo-se agora que seria mais adequado que sua função, seu perfil tivessem um caráter regulatório, de ações de planejamento, ações de avaliação macroeconômica, ações indutoras etc. E, naturalmente, concedendo responsabilidades e atribuições às instâncias federativas que hoje detêm a parcela de competência para gerir essa nova configuração federativa.

Nesse aspecto, se antes as políticas nacionais eram moduladas à escala regional e só posteriormente ajustadas à realidade territorial mais concreta, hoje o que nós vemos? É a estadualização, a municipalização das políticas gestadas e concebidas a nível nacional. É uma completa mudança do figurino que tínhamos outrora.

Esse novo processo vai exigir, de nós outros, uma maior capacidade de organizar as funções e formas de gestão dessas esferas de competência nacional, estadual e municipal, o que traz profundas implicações e desafios para o planejamento regional, particularmente porque, nesse processo de descentralização, o que nós estamos assistindo também é a uma implícita tendência a se adotar uma escala menor, quer dizer, a escala de atuação espacial-territorial mais restrita. Ao invés daquele ambiente maior, macroeconômico, hoje se tem como fundamento a ação pública mais específica, mais a nível de território do que a nível macrorregional. Isso não significa dizer abdicar da política macroeconômica nem tampouco das questões agregadas, mas apenas ter um referencial espacial mais específico. E isso, naturalmente, envolve uma nova configuração de atuar das nossas instâncias administrativas, das nossas instâncias organizacionais - um novo desafio para o planejamento.

Por exemplo, hoje, a indústria dinâmica da Bahia se articula muito mais com o Sul do País do que com o próprio interior baiano ou com o Nordeste. O famoso pólo têxtil e de confecções do estado do Ceará tem suas interligações muito mais fortes com o Sul do País do que com o próprio Ceará ou com o próprio Nordeste. Então há uma grande e maior diferenciação intra-regional do que inter-regional, o que nos faz antever que essa nova postura de descentralização das ações deva direcionar-se exatamente para uma re-

regionalização, para uma atuação de políticas públicas mais específicas a nível espacial-territorial menos abrangente.

Já se fala em eixo de desenvolvimento à la Eliezér Batista, já se fala na decadência da chamada divisão geopolítica das regiões, que já não atende mais às necessidades de atuação a nível de planejamento regional, porque as ações devam ser direcionadas mais especificamente. Enfim, há todo um contexto de mudanças que se apresentam e que precisam ser enfrentadas.

Para concluir, eu gostaria de dizer, para não fugir à temática do nosso seminário - o plano de estabilização e o crescimento econômico do Nordeste -, que a estabilização oferece a este País a possibilidade, pela primeira vez, em muitos anos, de poder realmente formular políticas planificadas; de recuperar o planejamento como instrumento de ação do poder público, como instrumento de mobilização de recursos, como instrumento de coordenação, como instrumento, enfim, de formulação de planos, projetos, programas para o desenvolvimento nacional, em particular para o desenvolvimento regional.

A estabilização projeta uma transparência de preços relativos, uma transparência orçamentária, deixa de esconder aquela repressão fiscal que caracterizou o período antes da estabilização. Também a partir desses elementos, o planejamento se torna mais compreensivo, no sentido de abrangência, e mais factível, no sentido de poder ser implementado. De sorte que a estabilidade tem essa vinculação com o crescimento econômico do Nordeste à medida que permite a volta do planejamento, permite rediscutir as necessidades da Região.

Muito possivelmente, se isso for feito, aquela convergência de indicadores, que se iniciou e foi obstada pela ausência desse planejamento que hoje nós tentamos restituir, possa ser vislumbrada depois como elemento de grande envergadura para o desenvolvimento nacional. E aí nessa complementação, nessa conclusão final, eu gostaria de dizer que entendo e devemos entender todos que esses primeiros meses de pós-estabilização foram os mais importantes que tivemos para o desenvolvimento nacional e, particularmente, o desenvolvimento regional.

Todos os esforços e todas as energias do governo têm sido gastos nesse sentido, mas já vejo, e isso me apraz bastante, até pela presença aqui do nosso ministro Fernando Catão, que está exatamente cuidando da formulação dessas políticas, antevejo já a feitura, o início da formulação de um novo projeto de desenvolvimento econômico nacional em que a política regional esteja colo-

cada de forma explícita, integrante e indissociável. E é isso que eu acho que todos nós desejamos. Muito obrigado pela atenção.

### **Fernando Catão**

Após a exposição tão brilhante do nosso Maurício Romão, penso que ele entrou bem profundamente na questão, eu chamaria o primeiro debatedor, Dr. Nilson Holanda, que ora é o secretário adjunto da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e, na realidade, devo registrar aqui, tem sido, na esfera federal e junto ao governo e às instituições como um todo, um grande batalhador dessa questão da regionalização, do desenvolvimento regional e, notadamente, um defensor da região Nordeste. Então, Nilson, você com a palavra.

### **Nilson Holanda**

Tenho três dificuldades para comentar a exposição do Dr. Maurício Romão. Primeiro, porque não tive nenhum conhecimento prévio do que ele iria falar; segundo, porque nós, da mesa, não pudemos ver os quadros que ele apresentou; e terceiro, porque eu acho que o comentador deve fazer críticas e deve discordar e eu, infelizmente, tenho que concordar com quase tudo que ele disse. Mas eu queria fazer alguns comentários.

Pelo tema que foi dado, Estabilização e Crescimento do Nordeste, eu imaginei que fosse discutir aqui o impacto do plano de estabilização na política de desenvolvimento do Nordeste. E sobre esse aspecto todos nós sabemos que estabilização e crescimento são objetivos conflitantes no curto prazo. No longo prazo, eles são objetivos convergentes.

No caso particular do Plano Real, o programa de estabilização do Brasil, não houve grandes prejuízos em termos de perda de crescimento e, em particular, em perda de crescimento para o Nordeste, porque, felizmente, os instrumentos que subsistem de desenvolvimento da Região têm um certo automatismo, ou seja, de certa forma eles ficam imunes ao impacto da política de estabilização, porque estão calcados fundamentalmente nos incentivos fiscais e no Fundo Constitucional, que não foram afetados por essa política de estabilização.

No longo prazo, como eu disse, estabilização e crescimento são objetivos convergentes. Ou seja: a estabilização é uma condição necessária para o crescimento sustentado de longo prazo. O que nos preocupa fundamentalmente é que as bases para a efetiva consolidação do plano de estabilização ainda não estão asseguradas, particularmente em função do programa fiscal, que é o que vai garantir, em última análise, o sucesso do plano. Ele ainda está a depender das chamadas âncoras monetária e cambial, que representam suportes de curto prazo, e a base que vai realmente assegurar o sucesso de longo prazo é justamente o ajuste da parte fiscal, que continua ainda indefinido, inclusive com certo retrocesso no ano passado, do ano de 94 para 95, quando a situação das finanças da União se deterioraram um pouco.

Então, o que nos preocupa não é o problema de curto prazo. Não tenho dúvida que, uma vez assegurada a estabilidade da economia brasileira, o Brasil vai passar por um outro ciclo de crescimento acelerado, passar por um outro milagre. Eu sempre achei que a inflação era a grande cocaína da economia brasileira. A economia brasileira, historicamente, desde o início do século, apresenta uma experiência de crescimento sem paralelo entre os países subdesenvolvidos. Foi uma das economias que se revelou mais dinâmica em toda a história, somente vindo a enfrentar uma crise mais prolongada a partir da década de oitenta, pelos motivos que foram aqui já mencionados.

O que me preocupa é a estratégia de longo prazo em relação à política do Nordeste. Nesse particular, ainda no ano passado, nós fizemos um pequeno *paper*, no Ministério do Planejamento, em que eu, inclusive com base nos mesmos dados apresentados pelo professor Maurício Romão, que foram levantados no projeto Áridas, mencionava a hipótese de que, depois de um período de relativo sucesso, se não na correção pelo menos na atenuação das disparidades regionais, nós poderíamos entrar numa fase de retrocesso. Ou seja: podemos entrar num novo ciclo de agravamento dessas desigualdades.

Se todos estamos de acordo em relação à direção e aos princípios das reformas que estão sendo feitas no Brasil, ou seja, essa tentativa de adaptação ao novo paradigma de desenvolvimento do mundo moderno, não podemos deixar de ficar preocupados com as implicações que isso poderia ter em relação ao desenvolvimento do Nordeste.

O que ficou bastante claro no relatório das Nações Unidas, que foi mencionado recentemente, um trabalho feito pelo IPEA e PNUD, é que o problema regional, no Brasil, é fundamentalmente o Nordeste.

Nós temos um segmento do País mais desenvolvido, basicamente o Sudeste e a região Sul, ao qual já se incorpora o Mato Grosso do Sul, aproveitando os seus recursos naturais e também já como resultado da projeção da prosperidade do pólo mais desenvolvido do País, atingindo aquele estado mais próximo.

Temos uma região de desenvolvimento médio, que é basicamente o Centro-Oeste e mais o estado do Amazonas, este em função, fundamentalmente, do impacto da Zona Franca de Manaus, que em termos de renúncia fiscal tem recebido nos últimos anos um volume de recursos correspondente a quatro vezes a renúncia fiscal do Nordeste, para uma população bem menor, embora obviamente esses cálculos de renúncia fiscal tenham que ser considerados com um certo ceticismo, porque dependem muito de certos critérios. Por exemplo, parte da renúncia fiscal que é apropriada ou debitada à região Norte, na realidade, é apropriada por empresas do Sul. Já temos estudos do Banco do Nordeste mostrando que essa renúncia fiscal é bem menor. O mesmo ocorre, por exemplo, com o FINOR, em que os beneficiários do incentivo são fundamentalmente empresas localizadas no Centro-Sul, mas o volume dos incentivos é totalmente debitado à região Nordeste. Mas, de qualquer maneira, esse estudo de renúncia fiscal dá uma primeira aproximação e mostra esse tipo de distorção, de que o instrumento da Zona Franca de Manaus foi muito mais poderoso em termos de acelerar o crescimento da região Norte, do estado do Amazonas, com uma população bem menor, do que o foram os incentivos fiscais, para uma região que tem uma população muito maior.

E, finalmente, nós temos a grande mancha subdesenvolvida no País, que é fundamentalmente o Nordeste e mais três estados retardatários da região Norte, que são o Pará, o Tocantins e o Acre. E se nós formos considerar o contingente demográfico, o que é realmente importante, em termos de desenvolvimento regional no Brasil, é a região Nordeste, com uma população de mais de 40 milhões de habitantes, que corresponde a um país, que só é superada em população, na América do Sul, pelo México.

Então, isso já dá uma idéia da dimensão do problema. Esse problema continua a ser o mais grave em termos de desenvolvimento regional no Brasil. O que nós podemos observar das perspectivas para o futuro? Nossas conclusões pessimistas resultaram exatamente daquilo que foi mencionado aqui, em parte, pelo Dr. Maurício Romão.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento do Nordeste esteve baseado em que? Primeiro, baseado numa forte participação do Estado. E nós passamos

agora por um processo de reforma do Estado - e eu acho que sua linha básica está profundamente correta -, mas que tem implicações muito negativas em relação à região pobre, particularmente depois da reforma constitucional de 1988.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, com graves desigualdades regionais, a única instituição que pode arbitrar esses desequilíbrios, *tentar corrigi-los, é justamente uma União forte*. E o que nós vimos, como consequência da reforma constitucional de 88, é que a União foi profundamente enfraquecida na sua capacidade fiscal. Ou seja: a sua capacidade de redistribuir recursos foi profundamente debilitada e, em consequência, a sua capacidade de executar política de desenvolvimento regional ficou também bastante restrita. Então, esse é um fator negativo que nós temos de levar em conta.

Em segundo lugar, todas as indústrias que se estabeleceram no Nordeste, a despeito dos esforços que foram feitos no passado por instituições como SUDENE e Banco do Nordeste, foram baseadas no mercado interno, estavam fundamentadas no modelo protecionista que agora tende a desaparecer, substituído pela abertura econômica e pela tentativa de integração na economia mundial. No momento em que a economia se abre, as indústrias, as atividades econômicas que foram aqui estimuladas, não estão preparadas para ter aquelas condições de competitividade que lhes permitissem integrar-se rapidamente nesses mercados internacionais. Então, esse é mais um fator preocupante.

Outro aspecto que nós observamos, quando analisamos a experiência de crescimento do Nordeste, é que ele esteve baseado numa alta taxa de investimento, que era função, especialmente, da participação do Estado. O Nordeste tinha uma taxa de investimento que chegou a 30% do produto regional e que, nos últimos anos, reduziu-se a menos de 20%. Evidentemente que taxa de investimento e crescimento estão associados. Na medida em que nós tivemos uma queda nessa taxa de investimento e não vemos perspectivas de elevá-la somente com os recursos privados, e não tendo a União mais capacidade de redistribuir recursos além daqueles característicos de redistribuição automática, por mecanismo de incentivos e Fundo Constitucional, nós não vemos como vamos poder novamente elevar essa taxa de investimento e assegurar uma alta taxa de crescimento.

Uma outra característica da experiência de desenvolvimento é que o desempenho da economia do Nordeste continua extremamente dependente de flutuações climáticas. Um dos fatores que reduziram também a capacidade de

crescimento da economia é que ela ainda se encontra extremamente vulnerável a calamidades climáticas, que são algo inevitável, que tendem a ocorrer com frequência, que já podemos até prever.

Outro aspecto também negativo da evolução recente é que, por exemplo, desde 1960, a participação da economia nordestina no PIB brasileiro diminuiu. Mas, em função de um menor crescimento populacional, nós tivemos condições de melhorar um pouco nossa participação em termos de renda *per capita*. Houve uma pequena melhora. Isso em função da emigração que existia, ou seja, o fluxo de pessoas que debandavam ao Centro-Sul, em busca de oportunidades de emprego, e que de certa forma aliviava o peso demográfico da Região.

Isso já não mais existe, porque uma das características desse novo paradigma de desenvolvimento é justamente um agravamento do problema de emprego, ou seja, não podemos criar emprego com a mesma rapidez com que criávamos no passado e já não há essa fartura de oportunidades de emprego fora da Região, que permitisse absorver um eventual excedente populacional.

Todos esses são fatores que nos preocupam e nos induzem à necessidade de fazermos uma reflexão profunda em termos da estratégia de desenvolvimento que devemos seguir daqui para a frente. Esse tem sido o esforço que temos procurado fazer na Secretaria Especial de Políticas Regionais. Chegamos a elaborar um trabalho de estratégia de desenvolvimento regional como subsídio para o plano plurianual. Infelizmente, o plano plurianual absorveu apenas a idéia dos eixos - que são importantes do ponto de vista das relações entre as regiões -, mas não deu talvez a devida atenção àqueles aspectos estruturais mais relevantes, especialmente aqueles que foram mencionados aqui: qualidade de recursos humanos, ciência e tecnologia, inserção competitiva em mercados mundiais.

De modo que eu acho esse debate extremamente importante, porque o que me preocupa é justamente a falta de percepção desses graves problemas que nos ameaçam, porque o novo paradigma de desenvolvimento cria oportunidades, mas ao mesmo tempo cria riscos muito sérios. E as oportunidades estão aí, só que poucos irão aproveitá-las, poucos estão capacitados para aproveitá-las, porque o aproveitamento dessas oportunidades exige determinadas condições que talvez não sejam atendidas a curto prazo. Enquanto que os riscos não, os riscos são permanentes.



Nós já observamos hoje um avanço muito grande das regiões do Sul e Sudeste com a sua integração ao MERCOSUL e, de certa forma, tendo um efeito contrário ao que se conseguiu nos últimos anos, que foi o de integrar a economia do Nordeste na economia do Brasil. E agora nós temos que passar por um novo processo de desintegração, a menos que tenhamos condição de formular e implementar uma estratégia que nos permita desenvolver uma política de desenvolvimento que seja convergente com a política nacional. Ou seja: aproveitando as mesmas oportunidades, criando as mesmas condições de competitividade, que nos possibilitem entrar num novo ciclo de crescimento sustentado e caminhar na mesma direção para a qual o Brasil está caminhando.

De modo que eu acho que esse seminário é extremamente importante justamente para chamar a atenção para esses fatores que são críticos e fundamentais para o sucesso das políticas futuras de desenvolvimento da região Nordeste. Muito obrigado.

### **Fernando Catão**

Prosseguindo os trabalhos, eu combinei com o Dr. Romão que ele abordará os questionamentos de uma vez só para que nós apressemos um pouco os nossos trabalhos. Passarei agora a palavra ao Dr. Alexandre Rands, da Universidade Federal de Pernambuco.

### **Alexandre Rands**

É um grande prazer, para mim, debater mais uma vez com o Professor Maurício Romão, porque sempre, nesse debate, eu tenho oportunidade de aprender mais um pouco. Penso que as colocações feitas são o que há de relevante, hoje, para determinar o que teremos de desenvolvimento do Nordeste no futuro. Deveremos ter, pelo menos nos próximos anos, uma menor participação do setor público na economia, seja por uma visão mais liberal que hoje domina a política brasileira, mas também porque temos enfrentado, nesse processo de estabilização, como maior dificuldade, a necessidade de controlar o déficit público, o que significa controlar os gastos do governo.

Geralmente, os políticos e demais pessoas que se pronunciam socialmente colocam que o grande problema está na dificuldade de passar as reformas no Congresso, no que concerne ao controle dos gastos do governo. Mas, para

analisar o que vai ser o impacto da estabilização no crescimento do Nordeste, nós devemos nos perguntar também: por que queremos reformas constitucionais? Para controlar os gastos públicos? Para controlar o déficit do governo? Queremos isso porque o governo brasileiro está estruturado de uma forma que não tem, como algumas vezes dizemos em macroeconomia, consistência de longo prazo. O governo brasileiro tem hoje uma estrutura de gastos que não consegue igualar com a arrecadação. Portanto, ele vai ter que cortar, vai ter que cortar nos salários e, caso ele consiga aprovar a mudança constitucional necessária, terá que demitir funcionários. Mas isso tudo, na verdade, vai levar a uma menor participação do governo federal na economia brasileira.

Dessa forma, nós teremos, como bem colocou o Professor Maurício Romão, um crescimento econômico baseado mais pelas leis de mercado, pelos mecanismos de mercado, significando, também, que investimentos em infraestrutura econômica, principalmente, estarão a cargo do setor privado, num percentual maior. Sendo isso verdadeiro, o critério de alocação dos recursos será mais eficiência e menos critérios políticos, que incluem entre seus determinantes a necessidade de difusão espacial do crescimento econômico.

A economia brasileira hoje, como disse o professor Maurício Romão, abre-se mais para o exterior. Com isso, aumenta sua necessidade de competição, que faz com que a eficiência se torne um fator cada vez mais importante. Vemos também, nas tendências que ele colocou, que se torna cada vez mais importante o que nós chamamos de efeito aglomeração: as empresas têm que ganhar flexibilidade; então, elas têm que terceirizar mais serviços, elas têm que se tornar mais ágeis, e, com isso, elas têm de conviver em grandes centros, têm que conviver próximas uma das outras. Ou seja, no Brasil, hoje, a distribuição espacial dos novos investimentos tem outros determinantes, determinantes novos, como qualidade dos serviços disponíveis, disponibilidade de recursos humanos, centros tecnológicos; e esses fatores tendem a estar mais disponíveis naqueles grandes centros.

Nós, do Nordeste, ficamos muito atrás nesses fatores porque fizemos nosso desenvolvimento - essa convergência que tivemos até 1985, mais ou menos, desde o período do início da SUDENE - muito baseado numa política de investimento em capital físico e, principalmente, em infra-estrutura, muito comandado por investimentos públicos. E isso nós teremos menos daqui para frente, até mesmo como consequência de um processo de estabilização duradouro que precisa reestruturar os gastos do governo.

Diante disso, eu diria que se não houver atuações públicas, uma vontade política para reverter essa tendência, na verdade nós estaremos sob sério risco de passarmos por um período de reconcentração espacial no desenvolvimento. Para isso, teremos que ter políticas sérias, políticas direcionadas para a Região, mas dentro da Região que tenha critério de eficiência, que realmente possa promover a eficiência produtiva.

Como? Eu acho que as políticas regionais, hoje, para o Nordeste, ainda têm um pouco da roupagem que foi determinada na década de sessenta, na década de setenta, quando o crescimento econômico brasileiro foi baseado em simplesmente expansão do capital, sem essa grande preocupação que hoje se tornou mais importante, de elevação da produtividade, de eficiência do próprio capital; mas um crescimento, digamos, vertical do capital, aumentando a intensidade desse fator, sem tanta preocupação de especialização tecnológica. Então essas instituições, hoje, não estão preparadas para esse novo desafio com que o Nordeste se defronta.

Por isso, acho que, para revertermos uma tendência à reconcentração regional, hoje, no Brasil, teremos que repensar essas políticas e redirecioná-las, para que a gente não venha a perder esse bonde. Muito obrigado.

#### **Fernando Catão**

Dando prosseguimento, passo a palavra ao terceiro debatedor, Dr. Clélio Campolina Diniz.

#### **Clélio Campolina Diniz**

Meu caro Maurício, foi realmente um prazer ouvir uma exposição muito lúcida e muito clara a respeito da questão regional brasileira. Vou fazer três reflexões a respeito de como eu penso a questão do Nordeste dentro do cenário nacional. Reflexões curtas, tentando encaminhar exatamente como repensar o Nordeste.

A primeira reflexão é que a questão do Nordeste não é uma questão nordestina; a questão nordestina é uma questão nacional. Se nós não pensarmos o Nordeste no marco nacional, não haverá solução para os problemas econômicos e sociais do Nordeste. Eu acho que isso tem que ficar claro, explícito. Se não for feita uma política nacional que seja capaz de fazer uma reversão do

quadro econômico e social, principalmente do quadro social, eu não acredito numa solução para o problema nordestino. Acho que o problema do Nordeste passa, em primeiro lugar, por algumas mudanças estruturais profundas nesse País, que em uma palavra eu poderia dizer: alteração do perfil da distribuição de renda e as políticas estruturais que seriam necessárias para isso.

Então, penso que esse seria o primeiro ponto: a questão do Nordeste, em primeiro lugar, está fora do Nordeste. Ela é uma questão nacional. Não há solução para o Nordeste se não for encontrada uma solução nacional. O problema de pobreza é hoje um problema de dimensão nacional, até pelos nordestinos que migram daqui para outras cidades. Então, é a minha primeira idéia. Temos que pensar isso no marco global, no marco nacional e, portanto, temos que repensar o Estado brasileiro. O Estado talvez tenha que ser retirado de um conjunto de atividades como está sendo feito, mas talvez precisemos de mais Estado em outras atividades, para que se possam fazer as reformas estruturais necessárias para reverter o quadro de concentração de renda e de miséria de parcela da população. Essa é minha primeira reflexão.

A segunda reflexão é que, de fato, nós tivemos um período de desconcentração produtiva no Brasil. Essa mudança no padrão regional brasileiro foi interpretada de várias maneiras. Todas as análises a respeito de convergência de renda *per capita* hoje feitas aqui mostram que houve, de 1950 para cá, e a partir de 1970, de uma forma mais específica, um processo de convergência de renda na maioria dos estados brasileiros. Agora, nós estamos começando a assistir um processo de reconcentração produtiva, principalmente da indústria e do serviço moderno, na região Centro-Sul.

Os estados são às vezes muito heterogêneos. Por exemplo, São Paulo: a média de São Paulo não espelha o que está acontecendo na área metropolitana, o que está acontecendo na cidade de porte médio. Então eu fiz um novo recorte, que foi selecionar todas as áreas industriais de mais de dez mil pessoas ocupadas. Essas áreas industriais eram 33, em 1970, e são 91, em 1990. Dessas 91 áreas industriais, 68 cresceram acima da média brasileira, ou seja, 23 são áreas mais ou menos estagnadas. Para se ter uma idéia, Pernambuco tem cinco áreas, entre essas 91, e todas as cinco cresceram abaixo da média nacional. Dessas 68 que cresceram acima da média nacional, 70% estão ao sul de Belo Horizonte. Isso é uma indicação - deixando de fora o recorte de estado e pegando um recorte mais específico - que há uma tendência clara de reconcentração.

Os novos fatores locacionais à luz da abertura, à luz da mudança tecnológica, de certa forma estão favorecendo a região Centro-Sul. A abertura da economia, em especial o MERCOSUL, também está favorecendo isso. E as atividades mais intensivas em tecnologia estão um pouco naqueles eixos de desconcentração da área metropolitana de São Paulo, que estão mais ou menos mapeados como cinco grandes eixos: é um eixo que vai no sentido Sul, sentido Paraná-Santa Catarina-Rio Grande do Sul; é o eixo da Castelo Branco, sentido Sorocaba-Bauru; é o eixo da Anhangüera-Bandeirantes, que vai no sentido de Campinas, penetrando o nordeste de São Paulo; é o eixo da Fernão Dias, que hoje está virando uma realidade, um conjunto de cidades de porte médio no sul de Minas; e um eixo que não tem tido capacidade de atração, que é o eixo da Dutra, o eixo do Vale do Paraíba, mas que agora a abertura externa está recolocando aquela região numa posição um pouco favorável, em função da proximidade do porto.

Então, eu acho que existe sim o risco da reconcentração; ele está posto aí. Portanto, como nós vamos pensar o Nordeste à luz do problema nacional e à luz do risco da reconcentração? E essa é a minha terceira reflexão. Acho que nós deveríamos pensar e eu vou aqui ensaiar, vou cometer o atrevimento de ensaiar algumas coisas, pois eu também não conhecia a palestra.

Primeira coisa é que o mercado nacional está cada vez mais integrado. Essa é uma realidade. Nós não podemos negá-la. O Nordeste estará cada vez mais integrado no mercado nacional e cada vez mais integrado no mercado internacional; inclusive o Nordeste tem um coeficiente de abertura muito baixo, exporta aproximadamente 4% do seu produto e, queira ou não queira, o Nordeste vai ter que se integrar mais na economia nacional e na economia internacional. Então, penso que essa é uma primeira reflexão: de como identificar a possibilidade de estímulos aos setores exportadores do Nordeste, porque a competitividade está aí e isso é irreversível. Portanto, isso teria de ser visto dessa forma.

Segunda: o Nordeste, apesar de estar num nível de desenvolvimento inferior, tem um conjunto de oportunidades e vantagens comparativas a nível nacional. A possibilidade de construir uma estrutura produtiva completa está superada. Cada região vai se especializar naquilo para a qual ela tem vantagens comparativas. São Paulo foi experiência única de construir uma estrutura industrial mais ou menos completa. Nenhum outro estado brasileiro vai repetir a experiência de São Paulo porque a economia está mais integrada e cada região vai ter que se especializar naquilo que tem vantagem comparativa.

Vemos que o Nordeste tem um conjunto de vantagens comparativas e, portanto, elas deveriam ser exploradas. Algo que é corrente em toda discussão: a questão da química, da química fina, do eixo químico; a questão da irrigação, a questão do turismo. Quem sabe uma questão tipo biotecnologia? Nós estamos às portas de uma revolução biotecnológica. Quem sabe se essa não pode ser uma profunda solução para o problema de São Paulo? Isso para eu passar para uma questão, daqui a pouco, que é a questão da ciência e tecnologia. Então, a identificação das atividades para as quais a Região tem potencial - eu não estou falando em vocação, eu estou falando em vantagem potencial, que pode ser construída - é fundamental para você concentrar recurso e não pulverizar, no meu entendimento.

Terceira reflexão, ainda sobre a questão do Nordeste: as decisões sobre a malha viária nacional condicionam o sentido dos fluxos econômicos regionais. Quando você decide construir uma ferrovia ou uma rodovia, ela traz implícito com ela o sentido regional dos fluxos econômicos. A discussão sobre a questão da malha viária nacional é fundamental para nós pensarmos sobre como integrar o Nordeste dentro do contexto nacional. Em 1988, escrevi um pequeno artigo onde eu dizia que a Norte-Sul ia drenar a fronteira dinâmica do Nordeste, que era exatamente pegar os excedentes agrícolas, drenando para cima ou drenando para baixo, ao invés de fazer uma integração produtiva mais forte dentro da Região. De maneira que, eu acho, uma discussão forte sobre os eixos de desenvolvimento ou sobre a malha viária nacional é fundamental para nós pensarmos sobre como é que o Nordeste se integra dentro do contexto nacional.

E, por fim, só mais um exemplo: eu não tenho dúvida que cada vez mais ciência e tecnologia estão presentes no desenvolvimento econômico. E é cada vez mais desenvolvimento do que pesquisa. Mas não adianta nós pensarmos no abstrato, num sistema de ciência e tecnologia. Nós temos que tentar pensar como desenhar um sistema institucional de apoio à ciência e tecnologia. As experiências mundiais mostram como se constrói, como se desenham os sistemas institucionais. Quando eu estou falando em sistema institucional, ele é composto na minha cabeça de três grandes pernas: o sistema educacional, desde a educação básica até a educação superior e a pesquisa básica; o sistema institucional de pesquisa e o sistema de internalização da pesquisa dentro das empresas, pois não adianta pensar que se vai fazer pesquisa tecnológica a nível público e depois transferir automaticamente para dentro das empresas. As empresas têm que internalizar parte da pesquisa, principalmente a parte que é desenvolvimento, que não é pesquisa básica, essa que só pode ser feita dentro da empresa; não há como fazer fora e depois transferir, principalmente

no setor industrial. Eu acho também que nós deveríamos pensar como construir uma economia com capacidade competitiva à luz das mudanças tecnológicas em curso; como desenhar um sistema institucional de inovação que fosse capaz de ser eficiente. Eu acho que também essa é mais uma reflexão. Eu fico por aqui, com essas curtas reflexões sobre a minha visão da problemática nordestina dentro do contexto nacional.

### **Fernando Catão**

É muito enriquecedora a observação do Clélio. Nós combinamos que, pelo avançado da hora, vamos abrir espaço para três perguntas da platéia dirigidas ao Dr. Maurício Romão ou aos debatedores. O Romão fará o fechamento sobre o que foi apresentado pelos três debatedores.

### **Maurício Romão**

Muito rapidamente, até porque as observações dos debatedores gentilmente foram muito convergentes com o que expusemos antes, mas apenas para dizer que, na verdade, eu pensei até que, ao invés de otimismo, eu tinha expressado um certo pessimismo com as perspectivas de desenvolvimento regional, em face dessas grandes transformações a que assistimos. Mesmo assim, é louvável repousar também num certo otimismo, em face dos resultados muito expressivos que nós vimos nas transparências. Demonstram que nós podemos realmente, dentro de uma configuração planejada, caminhar celereamente para subverter ou, no mínimo, arrefecer certos resultados desfavoráveis que se nos acometem.

Naturalmente, isso não pode ser feito na ausência total e absoluta de um planejamento regional. Por isso, as observações feitas pelo Alexandre, particularmente, Nilson e Clélio, a propósito desses potenciais que temos na Região, mas que, para serem efetivados, explorados, dinamizados, levados a efeito, levados à frente, é preciso que haja uma certa coordenação de ações, um certo planejamento balizador dessas potencialidades. Caso contrário, essas potencialidades serão sempre potencialidades e nunca se transformarão em realidade.

Não há nenhum outro comentário a fazer, a não ser, me referindo um pouco à questão do Alexandre, quanto ao conflito ou *trade off* entre equidade e eficiência, que naturalmente está presente nessa alocação, por assim dizer, de

recursos, de prioridades e de filosofia. Esse conflito tem que ser enfrentado. Estará sempre presente mas tem que ser enfrentado, sob pena de, não o fazendo, incorrerem em erros já cometidos no passado, que é deixar recursos ou até mesmo potencialidades sem utilização. Penso que esse conflito está presente na política; é permanente e tem que ser enfrentado. Naturalmente, vai demandar de nós outros todo um arcabouço imaginário, e de idealismo até, para a concepção de um modelo que possa harmonizar esse conflito, de sorte a não torná-lo tão explicitado, prejudicando a parte menos desfavorável do processo. Se alguém da platéia quiser fazer alguma pergunta fique à vontade.

#### **Da platéia: não identificado**

A maioria das empresas que vem para cá, com incentivos, oferece emprego mais para peão, pagando o salário mínimo. Não vemos nenhum tipo de incentivo dirigido para aproveitamento dos jovens que estão saindo todo ano das universidades. Acho que seria preciso dar um tipo de emprego, de incentivo nessas instituições, para que esse jovem universitário fosse melhor aproveitado.

#### **Maurício Romão**

Não é propriamente a minha área, mas eu vou tangenciar a questão dizendo que, na verdade, o problema do emprego hoje é o grande desafio que não só os países periféricos têm, mas sobretudo, e principalmente, o mundo desenvolvido. A Europa tem hoje taxas de desemprego aberto da ordem de 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17%. Os Estados Unidos, taxas beirando a casa dos 6%; e nós temos uma taxa de desemprego em torno de 7 ou 6%. Mas veja, desemprego aberto. O nosso grande problema não é a criação de novos postos de trabalho. O nosso grande problema é a qualidade dos empregos gerados, porque a maior parte dos empregos nossos estão submersos no manto da informalidade, sob a rubrica de subemprego e subemprego disfarçado.

De sorte que essa questão, advinda até com mais ênfase após essa nova configuração mundial em que se fala em desemprego tecnológico em face das grandes transformações, da tecnologia avançada, da informática, da informação adentrando rápida e celeremente no seio das empresas, dos conglomerados, isso gerou uma massa extremamente forte e grande de desocupados que veio engrossar as fileiras dos que já estavam antes no mercado de trabalho e se somam ao crescimento vegetativo natural das populações, que normalmen-



te é um crescimento mais elevado nas áreas periféricas. Então, eu diria que essa questão da qualidade do emprego, que é mais ou menos isso que você tocou, é de suma importância e deve estar nas prioridades de qualquer formulação de política nacional ou regional, para usar a expressão do Clélio Campolina Diniz. A qualidade do emprego deve ser objeto sempre de grande preocupação em qualquer formulação de política.

#### **Da platéia: Fran**

O meu questionamento refere-se a um comentário que o professor Campolina fez. O Banco do Nordeste tem destinado os recursos do Fundo Constitucional, basicamente, objetivando o cumprimento de duas metas: primeiro, atender setores chaves da economia, aí entendidos aqueles que têm mais desdobramentos para trás, dentro de um complexo; segundo, tentar consolidar os complexos industriais da Região. No entanto, agora, o professor Campolina sugeriu que nós devêssemos tentar estimular mais aqueles setores nos quais tivéssemos pelo menos vantagens comparativas potenciais mais relevantes. Isso significa que nós deveríamos deixar de dispersar nossos recursos e atender mais alguns setores nos quais possamos ter potencialidades?

#### **Clélio Campolina Diniz**

Se eu entendi bem, você está dizendo que o esforço é exatamente tentar modernizar os setores que já estão constituídos. Eu acho que isso é uma prioridade absoluta. A questão de tecnologia não é só a questão de buscar a fronteira tecnológica. A questão maior, muitas vezes, é modernizar o parque produtivo existente. E, você sabe muito melhor do que eu, no parque produtivo existente há vários segmentos em que o Nordeste tem vantagens comparativas nacionais. Aliás, quando se fala em toda a questão de têxtil, confecções, por exemplo, alguns segmentos da indústria alimentar - são atividades que o Nordeste tem vantagens comparativas, a nível nacional, tem potencialidades de expansão; e nós não vamos construir uma estrutura produtiva só na base dos chamados setores modernos: química fina, biotecnologia, microeletrônica ou coisa desse tipo. Às vezes esses setores podem até ser importantes e o Nordeste pode até conseguir, mas é fundamental modernizar os setores existentes, identificando aqueles para os quais você tem potencialidades de expansão competitiva dentro da economia nacional e internacional.

### **Da platéia: Bosco**

Em 1992, assisti uma palestra aqui em Fortaleza, na qual o palestrante afirmou que a globalização representava para a humanidade uma nova forma de eugenia. Passados quatro anos e agora, após a divulgação do relatório do PNUD, eu gostaria de ouvir do senhor um comentário sobre esta afirmação.

### **Clélio Campolina Diniz**

No meu entendimento, a globalização não se faz de uma forma homogênea. Ela cria a heterogeneidade ao mesmo tempo. Aliás, existe um grande debate na literatura internacional. Existe um expressão *sticky place in slippery space*, que seria traduzido mais ou menos: áreas de atração num mundo cada vez mais escorregadio. É no sentido de que, cada vez mais, cada área, cada espaço se integra numa economia global, numa economia internacional, inclusive sem passar muitas vezes pela própria economia nacional. Então eu acredito que a globalização cria uma integração crescente dos mercados, mas amplia a heterogeneidade em função das posições relativas das várias regiões. Se nós analisarmos no padrão internacional, nós estamos vendo a formação de alguns grandes blocos de crescimentos que estão integrados cada vez mais na globalização, enquanto algumas outras áreas estão ficando segregadas ou marginalizadas. No meu entendimento, a globalização tem também esse aspecto de ampliar a heterogeneidade e de ampliar a diferença de desenvolvimento entre as regiões.

### **Fernando Catão**

Finalizando nossa sessão, eu queria reiterar ao presidente Byron a importância de encaminhar à Secretaria Especial de Políticas Regionais os anais desse evento, com suas conclusões. Pelos expositores aqui presentes e em outros encontros de discussão sobre a questão específica do Nordeste, acho que já temos convergências bastante claras e agora precisamos de um pacto, embora essa palavra tenha ficado muito desgastada nacionalmente, mas nós precisamos de um pacto nordestino; precisamos, fortemente, de uma cooperação entre todas os nossos órgãos, nossas instituições, nossa sociedade, porque a maior força que teremos para a resolução dos problemas levantados passará muito pela decisão política. E isso é um dever da sociedade como um todo exigir de toda a conjuntura nacional. Agradeço o convite para participar desse evento e reitero mais uma vez o pedido de que os anais desse evento sejam encaminhados à Secretaria. Meu muito obrigado a todos e a sessão está encerrada.